



Autores

Alfredo Copetti Neto
George Salomão Leite
Glauco Salomão Leite

DILEMAS NA CONSTITUIÇÃO

Área específica

Direito Constitucional.

A Constituição brasileira viabilizou um importante período de estabilidade democrática e institucional, inspirada em ideais democráticos e na valorização da cidadania em suas múltiplas dimensões. No entanto, observando o quadro de instabilidade política dos últimos tempos, este trabalho reúne estudos de renomados acadêmicos e professores sobre o que se denomina “Dilemas na Constituição”. A estrutura da obra se divide em eixos temáticos, tendo em vista o que se considera serem os pilares do Direito Constitucional contemporâneo, de modo a evitar análises sobre questões secundárias do arcabouço jurídico-político do país. Ao final, o livro apresenta um mosaico sobre os principais entraves da ordem constitucional brasileira, destacando seus desafios e alternativas democráticas.

Áreas afins

Teoria do Direito, Filosofia do Direito,
Hermenêutica Jurídica, Ciência Política.

Público-alvo/consumidores

Estudantes de Direito; Acadêmicos da área;
Juízes; Procuradores; Defensores; Advogados
e demais profissionais da área jurídica.

FORMATO: 17 X 24 cm

CÓDIGO: 10001126

D576 Dilemas na Constituição/ Alfredo Copetti Neto, George Salomão Leite, Glauco Salomão Leite (Coord.).– Belo Horizonte : Fórum, 2017.

446 p.

ISBN: 978-85-450-0236-9

1. Direito Constitucional. I. Copetti Neto, Alfredo. II. Leite, George Salomão. III. Leite, Glauco Salomão. IV. Título.

CDD 341.2

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COPETTI NETO, Alfredo; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauco Salomão. Dilemas na Constituição. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 446 p. ISBN 978-85-450-0236-9.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	13
PARTE I	
Dilemas na Teoria da Constituição	
A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E SEUS POSTULADOS LIBERAL-SOCIAIS: O FUNDAMENTO DA PROTEÇÃO DO SISTEMA DE GARANTIAS	
Alfredo Copetti Neto e Mariana Garcia	17
1 Nota preliminar	17
2 A liberdade, o liberalismo social e sua adequação ao constitucionalismo contemporâneo	18
3 Uma análise dos postulados liberal-sociais na Constituição Brasileira de 1988	25
Notas finais	31
Referências	32
NOTAS PROGRAMÁTICAS PARA UMA TEORIA CRÍTICO-RECONSTRUTIVA DA CONSTITUIÇÃO	
Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira	35
1 Introdução	35
2 O sentido de uma teoria crítico-reconstrutiva da Constituição	36
3 A Teoria da Constituição como chave interpretativa do Direito Constitucional	38
4 Origens da Teoria da Constituição	39
5 Campo de estudo da Teoria da Constituição	41
5.1 Teoria Geral do Direito Público	41
5.2 Instituições políticas	41
5.3 Teoria Geral do Estado	41
5.4 Teoria da Constituição	42
6 Teoria da Constituição e virada linguística	43
7 Dimensões da Teoria da Constituição	44
Referências	45
OS DILEMAS DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NA DEMOCRACIA: É POSSÍVEL ESTABELECEM PERFIS DE JUÍZES?	
Lenio Luiz Streck	47
1 Introdução	47
2 Os perfis de juizes na obra de Cass Sunstein	48
3 É possível fixar ou determinar perfis/modelos de juizes?	51
4 Considerações finais	57
Referências	59

A CONSTITUIÇÃO DE 1988: OS INCONVENIENTES DA OPÇÃO PELO DETALHE	
Edilson Pereira Nobre Júnior	61
I A Constituição de 1988 e o Estado constitucional (à guisa de introdução)	61
II O viés detalhista	63
III O embaraço ao livre desenvolvimento interpretativo	66
IV Os prejuízos à rigidez e à coerência sistemática	70
V Palavras finais	73
Referências	74

PARTE II

Dilemas na Eficácia dos Direitos Fundamentais

NOTAS SOBRE O REGIME JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS SOCIAIS NA CONDIÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS, COM ÊNFASE NA “APLICABILIDADE IMEDIATA ” DAS NORMAS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Ingo Wolfgang Sarlet	79
1 Os direitos sociais no Estado Constitucional contemporâneo: entre “mínimo existencial” e o ideal de sua progressiva e ótima realização – aproximação e delimitação do tema	79
2 O regime jurídico-constitucional dos direitos sociais na condição de direitos fundamentais, com destaque para o dever de aplicação imediata das normas de direitos fundamentais	85
3 A título de encerramento, embora não propriamente em caráter de conclusão	102

A ASSOCIAÇÃO EM JUÍZO NA DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: NOVOS PARÂMETROS DECORRENTES DA CONVENÇÃO DA ONU

Luiz Alberto David Araujo e Flavia de Campos Pinheiro	105
1 Introdução	105
2 A Constituição e a pessoa com deficiência	105
3 A Convenção da ONU e sua hierarquia	107
4 O novo conceito de pessoa com deficiência: não basta o fator médico. A inclusão do fator socioambiental	108
5 A tutela das pessoas com deficiência pelas associações	110
6 Cuidados especiais na demonstração da legitimidade ativa	113
7 A presunção legal de barreira: a Lei de Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	115
8 Conclusões	116
Referências	117

OS CUSTOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS JUSTIFICAM A NEGAÇÃO? PARA ALÉM DO DISCURSO A LA POLLYANNA

Alexandre Moraes da Rosa e Jéssica Gonçalves	119
Introdução	119
1 Direitos fundamentais no discurso garantista de Luigi Ferrajoli	120
2 Para além do Direito: a interdisciplinaridade com a análise econômica	122
3 O custo dos direitos: adeus, Pollyanna!	125
Conclusão	128
Referências	128

DILEMAS NA EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Clèmerson Merlin Clève e Bruno Meneses Lorenzetto	131
1 Introdução	131
2 Retomando a doutrina da efetividade	131
3 O avanço na teorização dos direitos fundamentais	134
4 Revisões e novos caminhos	137
4.1 Judiciário entre deferência e intervenção	137
4.2 Estado de Coisas Inconstitucional?	140
5 Considerações finais	145

PARTE III

Dilemas no Federalismo Brasileiro

DILEMAS DO FEDERALISMO BRASILEIRO: TERRITÓRIO E DIVERSIDADE NA CONSTRUÇÃO DE UMA DEMOCRACIA REAL	
José Luiz Quadros de Magalhães	151

A modernidade	151
Construindo a identidade nacional: o sujeito enraizado moderno	154
Construindo o presente contínuo: a identidade múltipla e mutante	155
Alternativas: federalismo e busca do diálogo intercultural	158
A solução federal multicultural	161
Conclusão: poder local e federalismo multicultural	165

OS LIMITES DA TRANSIÇÃO POLÍTICA E (ALGUNS) OS DILEMAS DO FEDERALISMO BRASILEIRO. UM OLHAR RETROSPECTIVO!

Jose Luis Bolzan de Moraes e Roberta Camineiro Baggio	167
1 Introdução	167
2 A federação no contexto da transição política brasileira	168
3 Os limites políticos das configurações constitucionais do federalismo brasileiro ...	172
3.1 O mito da descentralização e a federação simétrica	175
3.2 Os paradoxos da repartição de competências e o modelo predatório de sustentação econômica.....	179
4 Considerações finais	182
Referências	183

NORMAS GERAIS NO FEDERALISMO BRASILEIRO: EXPLICANDO E CONTEXTUALIZANDO O PAPEL DA UNIÃO NA REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS CONCORRENTES

Marcelo Labanca Corrêa de Araújo	185
1 Colocação do tema: combinando unidade com diversidade no federalismo brasileiro	185
2 Competência legislativa concorrente e o papel desempenhado pela norma geral ..	186
3 A caracterização das normas gerais	189
4 Contextualizando normas gerais no condomínio legislativo: estudo do caso da legislação sobre reserva de vagas em concursos para proteção e integração social das pessoas com deficiência	193
5 Considerações finais	197
Referências	199

O FEDERALISMO COOPERATIVO DE EXECUÇÃO COMO MODELO PARA O ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

Andreas J. Krell	201
1 Introdução	201
2 O modelo da Federação na atualidade: convivência da coordenação central com o princípio da subsidiariedade	202
3 Bases teóricas do modelo do federalismo cooperativo	206
4 Bases normativas do federalismo cooperativo no Brasil: artigos 23 e 241 da CF	209
5 A tendência da interpenetração das competências federativas no Estado intervencionista	211
6 Chances para o avanço do “federalismo de execução” no Brasil	213
7 Crescimento do papel dos municípios na execução das políticas sociais do governo federal; aspectos jurídicos, financeiros e políticos	216
8 Conclusão	219

PARTE IV

Dilemas na Organização dos Poderes

DESESTATIZAÇÃO E DECRETOS AUTÔNOMOS: LIMITES DO PODER REGULAMENTAR NO ESTADO BRASILEIRO

Frederico Antonio Lima de Oliveira e George Salomão Leite	223
1 Introdução	223
2 Descentralização administrativa e regulação	223
3 Poder regulamentar e o uso do decreto autônomo	226
4 O conceito de serviço público e o poder de polícia	230
5 À guisa de conclusão	257
Referências	259

A SEPARAÇÃO DOS PODERES E O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL RECONHECIDO NA ADPF N° 347

Bernardo Gonçalves Fernandes	261
Referências	270

A NOVA DIVISÃO DE PODERES E A PROATIVIDADE DA CULTURA DE CONTROLE

Vânia Siciliano Aieta	271
-----------------------------	-----

PODER JUDICIÁRIO E ARENA PÚBLICA	
Maria Tereza Aina Sadek	285
Introdução	285
1 O desenho institucional democrático	286
2 A inclusão de direitos	288
3 Poder Judiciário: protagonismo	290
4 Notas finais	296
Referências	298

PROTAGONISMO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO NO ESTADO CONTEMPORÂNEO: REFLEXÕES SOBRE A JUDICIALIZAÇÃO, O ATIVISMO JUDICIAL E A AUTONOMIA PROCESSUAL DA JUSTIÇA CONSTITUCIONAL	
Guilherme Peña de Moraes	301
1 Introdução	301
2 Judicialização da política	301
3 Protagonismo judicial	303
4 Ativismo judicial	304
4.1 Definição	304
4.2 Tipologia	305
4.2.1 Ativismo extrajudicial	305
4.2.2 Ativismo dialógico	306
4.2.3 Ativismo procedimental	307
4.3 Limitação	307
4.3.1 Discriminação ou preconceito	308
4.3.2 Deliberação popular	308
4.3.3 Funcionamento da democracia	308
4.3.4 Capacidade técnica	309
4.3.5 Proteção deficiente dos direitos das gerações futuras	309
5 Conclusão	310
Referências	311

PARTE V

Dilemas no Processo Constitucional e no Controle de Constitucionalidade

ENTRE O ÉTHOS E A PRÁXIS: OSCILAÇÕES DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NA PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Flávia Santiago Lima e Glauco Salomão Leite	317
Introdução	317
1 O discurso neoconstitucionalista na legitimação do protagonismo judicial	318
2 Ativismo judicial para proteção de direitos?	324
3 O ativismo inesperado: entre retrocesso e potenciais avanços	327
3.1 Caso 1: Flexibilização da presunção de inocência	328
3.2 Caso 2: Flexibilização da garantia do sigilo bancário	331
Conclusões: um Soberano Tribunal Federal?	334
Referências	335

MODULAÇÃO DE EFEITOS NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E OBJETIVAÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO – REFLEXOS SOBRE O ACESSO À JURISDIÇÃO	
Alexandre Melo Franco Bahia, Dierle Nunes e Diogo Bacha e Silva	339
1 Introdução	339
2 Controle concentrado de constitucionalidade como processo objetivo e efeitos transcendentais dos fundamentos da decisão	342
3 A objetivação do recurso extraordinário (e outros)	347
4 Convergência, riscos e formação de nossa jurisprudência	352
5 Mutações constitucionais e eficácia expansiva: o que é isto?	355
6 Considerações finais	356
Referências	357

HUMOR, POLÍTICA E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL . O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO GUARDIÃO DA DEMOCRACIA: A PROTEÇÃO DA LIBERDADE DE CRÍTICA POLÍTICA EM PROCESSOS ELEITORAIS	
Gustavo Binenbojm	361
I Introdução	361
II As dimensões substantiva e instrumental da liberdade de expressão	362
III O sistema constitucional da liberdade de expressão e a sua posição preferencial.	365

IV Liberdade de expressão e regime jurídico dos serviços de radiodifusão: inexistência de fundamentos para tratamento diferenciado em relação a outros veículos de comunicação	370
V Liberdade de expressão e lisura do processo eleitoral	372
VI A inconstitucionalidade do art. 45, II, da Lei nº 9.504/1997	375
VII Inconstitucionalidade do art. 45, III (em parte), da Lei nº 9.504/1997	377
VIII A decisão do Supremo Tribunal Federal: intervenção a favor, e não contra a democracia	382

PARTE VI

Dilemas na Ordem Econômica e Social

A SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: BREVE ANÁLISE DE SUAS COMPLEXIDADES À LUZ DO DIREITO FINANCEIRO	
José Maurício Conti e Ricart César Coelho dos Santos	389
1 Apresentação	389
2 A saúde na Constituição brasileira de 1988	390
3 Financiamento do Sistema Único de Saúde	392
4 Planejamento e gestão	394
5 Judicialização	396
6 Síntese conclusiva	398
Referências	399
OS DILEMAS DA PROTEÇÃO AO TRABALHO E DO COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	
Gilberto Bercovici	401
Referências	411
DILEMAS DA CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA	
Daniel Francisco Nagao Menezes	413
1 Introdução	413
2 Constituição Econômica brasileira – história e conceitos	413
3 A redemocratização e o movimento constituinte 87/88	415
4 Os modelos de gestão	420
5 Considerações finais: os dilemas da Constituição Econômica	422
Referências	424
O TRATADO ORÇAMENTAL, UM VERDADEIRO “GOLPE DE ESTADO EUROPEU”	
António Avelãs Nunes	425
Referências	441
Sobre os autores	443